

**V FIPED/ UESB**  
**V FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA**

**TRABALHO E EDUCAÇÃO: BRASIL COLÔNIA A**  
**PRIMEIRA REPUBLICA**

**Lucineide Santos Silva- Mestre -UESB**

No limiar do século XXI, chegamos ao patamar de realizações de inúmeros trabalhos e pesquisas realizadas sobre a história da educação no Brasil. Apesar da inegável contribuição da imensidão de pesquisas realizadas sobre essa temática podemos perceber que há, ainda, muitas lacunas que precisam ser preenchidas pelos aarautos da pesquisa científica que se dispuserem a fazê-lo, não dá mais para nos omitirmos diante de tão gigantesca tarefa que é de contribuir para desvendar os mistérios e as incógnitas que permeiam o processo de transplantação educacional para esse país, por isso é de fundamental importância interferir de forma incisiva no processo.

Foi feito um rico levantamento de pesquisas realizadas no Brasil e foi detectado uma gama de excelentes trabalhos que visa entre, outras demandas, apontar o que temos de concreto acerca do recorte sobre a realidade da educação, e foi encontrado um manancial de manuais, livros, relatórios de GTs, artigos, entre outros. Ao visitarmos o referido trabalho podemos identificar a possibilidade de contribuir com mais uma temática a ser percorrida: O Trabalho e a Educação no Brasil Colônia ao início da primeira República.

O processo educacional, no Brasil, desde os tempos da colonização tem sido objeto de diversas inferências teóricas para diversos analistas que trazem átona o significado ideológico, civilizatório e cultural para a implantação de um projeto de transplantação do modo de vida ocidental a uma nova dinâmica do espaço em questão. Em termos comparativos dos diferentes modos de vida trazidos das sociedades culturais, é possível diagnosticar o modo de vida de um povo, a partir dos símbolos, valores e costumes, dos quais se observa imediatamente que os resultados obtidos impõem ao colonizado uma emergência de mudança comportamental aos processos de adequação, no que diz respeito, aos ditames do mundo colonizador. Nesse sentido, a memória coletiva vai se diluindo no bojo das novas abordagens.

E a catequese jesuítica é um dos motes desse processo ao transplante do mundo civilizado ao nativo que historicamente obtinha um modo de vida voltado para um bem comum e costumes coletivos em sua vida cotidiana, evidenciando a memória coletiva<sup>1</sup> do grupo.

Em SAVIANNI (2008), esse processo se configura dentro de uma perspectiva pedagógica, pois os jesuítas buscavam a sistematização do saber através da institucionalização do ensino e através das práticas enquanto exemplo de vida a se

---

seguir. Um aspecto importante a ser ressaltado sobre a vida dos índios e a simbiose da catequese com a Educação é exatamente o trabalho produzido pelos mesmos e sua relação com a terra que era em aspectos de propriedade comunal.

No que constituía uma relação de trabalho no modo primitivo coletivista em que o ensino aprendizagem se dava na perpetuação entre as gerações. Observemos essas duas passagens que trata de uma tribo tupinambá no período colonial...

...Na fase de 5 a 15 anos os meninos já não ficavam em casa, deixavam de depender da mãe e passavam a acompanhar o pai, que se torna seu modelo e com o qual se prepara para a vida de adulto tomando parte em seu trabalho. As meninas passam a depender mais estreitamente da mãe, sua mestra e modelo, com quem aprendem a semear e plantar, a fiar e tecer a fazer farinhas e vinhos, cozinhar e preparar alimentos... Cabia às mulheres indígenas um papel fundamental na divisão sexual do trabalho na medida em que as mesmas assumiam papel de destaque presidindo um conjunto de trabalhos domésticos, carpindo dos mortos e exercendo a função mestras para iniciação das moças femininas... (SAVIANNI, 2008; p.37)

O que se pretende registrar aqui é que não apenas o trabalho dos povos colonizados está voltado para a busca da luta pela sobrevivência, mas ligado, fundamentalmente aos níveis de aprendizagem de suas respectivas hierarquias geracionais. O aprendizado se dá no convívio diário através dos exemplos e testemunhos coletivo e individual que vão se firmando com a memória coletiva. Nesse sentido observa-se uma educação espontaneista e ao mesmo tempo em um ângulo totalizante.

Na abordagem de caráter ontológico do trabalho, seu aspecto conceitual está, eminentemente ligado a relações coletivistas da vida em sua cooperação mútua e constante. Entretanto, na perspectiva da abordagem colonialista esse elo se quebra, na medida em que a catequese jesuítica se aprofunda nos parâmetros da propagação dos fins que regiam a instrução e as formas de adequação aos ditames da monarquia. Sob a égide do novo modelo de aprendizagem para o trabalho e para fé católica estava posta uma nova referência para a divisão social trabalho, na colônia, cujos pressupostos estavam voltados para intensificação de um comércio mercantilista e nova forma de acumulação.

O trabalho está intrinsecamente fundamentado nos processo de planejamento de toda uma infra-estrutura a se montar para prover as condições materiais de efetivação do projeto.

Em SAVIANNI (2008), podemos muito bem destacar a hegemonia institucionalizada das missões jesuíticas que além de contar com todo apoio logístico do Poder Monárquico encontra suas bases materiais na força do trabalho indígena e escravos já que estes foram excluídos, posteriormente do processo educacional, tendo em vista que o ensino jesuítico foi cada vez mais se tornando elitista na medida em que foi priorizando o ensino aos filhos dos colonos para o projeto a que se propunha a coroa portuguesa.

Aqui podemos observar uma lacuna que nos remete a pensar que a Educação que se processa inicialmente, no Brasil, está ligada a um projeto elitista em que denomina seus aspectos a partir da busca de sujeição dos indivíduos “incultos” para uma possível adequação ao trabalho forçado, na medida em que passaram a construir os colégios jesuíticos, no qual estes vão se apropriando das terras, tendo em vista seu cultivo, sua manutenção de uma forma geral como podemos ilustrar a seguir

A manutenção das terras implicava em suprir os viveres que envolviam a criação de gado e o cultivo de alimentos como mandioca, o milho, o arroz, a produção de açúcar, de panos... (SAVIANNI, 2008; p.44)

Aqui fica registrado a clara intencionalidade da utilização da mão de obra para o trabalho, inicialmente pelos nativos e, posteriormente para os africanos. E bem como o próprio modelo posterior dos jesuítas legitima uma divisão social do trabalho em aspectos que podemos perceber um ensino elitista voltado para atividades artesanais com inúmeras especializações e ações na manufatura e um aspecto com caráter eminentemente intelectual dos quais formaram grandes nomes da intelectualidade monárquica.

No universo jesuítico é possível perceber as correntes de pensamento acerca da produção mercantilista, das quais visavam à efetivação do domínio econômico de mercado por parte dos colonialistas portugueses. Esse interesse e envolvimento no mundo mercantilista abarcavam ícones jesuíticos como o Padre Antonio Vieira, (João Antonio Andreoni) Antonil, José Benci, sendo que os dois últimos trazem à tona a defesa da sujeição do trabalho escravo utilizado em larga escala pelos paulistanos, em

contra partida, outros jesuítas se opunham a essa prerrogativa, contudo a posição amena em relação ao fato em nada modificou essa realidade.

Segundo Savianni(2008), as discussões giravam em torno de uma utopia estratégica para suavizar o fardo que outrora os índios e,posteriormente os escravos recebiam no seu tempo histórico. Resultado disso, e de outros fatores, foi o grande processo de acumulação de riquezas gestado pelos jesuítas cujas propriedades privadas foram palco de um senil processo de produção econômica alimentados por relações de trabalho escravocrata, indígena e pelas prerrogativas do Estado Monárquico.

Esse contexto que começamos a esboçar nos leva a inferir que o processo educacional perpretados pelos jesuítas nesse país, perpassa por um apanhado de interesses conflitantes, na qual estabelece um processo de articulação entre Educação e Trabalho que se dá em diferentes âmbitos de interesses de classes e que busca, eminentemente, criar modelos que trazem a legitimidade de relações mercantis, pois trazem no seu bojo o projeto de uma Educação pautada na divisão social do trabalho, pelo qual aprofunda as fissuras sociais das lacunas que permeiam a Educação brasileira.

Para tanto, a trajetória dos jesuítas no Brasil é um divisor de águas no sentido de percebermos que a educação brasileira sempre se focou no mundo do trabalho e sempre buscou galgar os espaços sociais nas relações calcadas na produção. Não há um corte epistemológico no que se refere à continuidade de um projeto político para Educação, tendo em vista que todas as decisões tomadas expressam os objetivos de realização do mercado e acumulação de capitais e busca atender a um propósito que abarca os interesses de poucos, pois essa Educação não se aplica de forma incisiva à classe trabalhadora.

Anísio Teixeira, analisando a situação assim se expressa:

“Somente nos fins do século XIX, começa-se, no mundo, a rever e transformar essa situação, com o aparecimento da chamada educação nova, do trabalho, ativa ou progressiva, que mais não é do que a percepção de que a formação do homem comum, ou melhor, a formação de todos os homens não podia obedecer aos mesmos métodos de formação de uma classe especial de estudiosos,eruditos, intelectuais ou cientistas. A escola chamada tradicional, com a sua organização, ou seu currículo, ou seus métodos, somente teria eficiência para o tipo muito especial de alunos, a que sempre servira, isto é, aqueles muito capazes e que se destinassem a uma vida de estudos literários ou científicos. Ora, nenhuma nação pode pretender formar todos os seus cidadãos em intelectuais. E como nenhuma escola também seria capaz disso, a escola comum, intelectualista e

livresca, se fez uma instituição mais ou menos inútil para a maioria de seus alunos”. TEIXEIRA (1999 p;45)

É uma orientação a nível internacional propor uma escola com a marca da divisão social do trabalho obedecendo aos trâmites de uma produtividade em curso. “TEIXEIRA (1999), enfatiza os reais objetivos a que a escola se propõe,” *a formação geral e comum de todos os cidadãos e a formação dos quadros de trabalhadores especializados e de especialistas de toda espécie exigidos pela sociedade moderna*”. p; 46.

O período que se segue ilustra bem essa prerrogativa, na medida em que, a classe dominante efetiva suas bases de contatos internacionais com acordos que visam o fortalecimento estrutural e financeiro para economia emergente do país, a fim de fortalecer a política agrário-exportadora e assim legitimar no poder essa parcela da sociedade.

Esse período, no entanto, é marcado por disputas de camadas sociais cuja heterogeneidade de interesses coloca em lados opostos as expectativas para pensar o tipo de trabalho que mais atenderia ao novo momento histórico. O certo é que a descentralização política dá o pontapé para o início de uma série de reformas em todas as esferas institucionais, visando um programa comum à modernização da sociedade brasileira.

Vale ressaltar que o Estado esteve na dinâmica dos processos de mudança, evidenciando seu papel eficaz ao ratificar as reformas, mediar os processos conflitantes das relações de produção com intuito de regular o antagonismo de classes e prosseguir a efetivação das mudanças de caráter político e econômico. Encontra-se no bojo dessa realidade parcelas da sociedade que estão ligadas a setores de intelectuais liberais que era a camada média, e as facções dominantes seriam os senhores do café ou a burguesia agro- exportadora.

Realidade essa que se aprofunda, pois ao observar o contexto brasileiro em sua fisionomia heterogênea, nos remete a indagação sobre qual Educação servirá para o referido momento histórico. É de cunho positivista as tentativas de implementação de um modelo educacional para o Brasil, haja vista, a presença de intelectuais com formação européia e imbuídos de uma concepção liberalista e revolucionária burguesa onde foi possível influenciar os intelectuais brasileiros a se incumbirem de elaborar seus

matizes de pensamento voltado para um modelo de ensino pautado na laicidade e na liberdade de expressão.

Segundo, RIBEIRO (1998), a organização escolar vai se firmar numa base de Educação dualista, fruto da descentralização, cujo caráter opera enquanto instrumento de concentração de rendas e os interesses de grupos no poder. Ela expressa, ainda, que os resultados conseguidos com as chamadas reformas na Educação, diferenciam daqueles que foram “idealizados”. (1998, p.75). Estabelece aqui uma contradição, pois no auge das disputas internas para realização e elaboração das reformas educacionais a fim de reorganizar a escola, vê-se uma realidade distinta desse ideal, ou seja, a reboque de uma crise econômica que passava o país apontava a realidade do fosso daqueles que usufruíam de uma Educação científica com todas as suas prerrogativas e, simultaneamente, surge no seio da sociedade uma gama de analfabetos que são os trabalhadores que produzem o processo de acumulação.

Estes estavam radicados no campo, isentos da participação política e da Educação. A dicotomia entre o urbano-industrial e o espaço agrário delineou de certo modo as feições do aprendizado a que cada grupo se propunha. Isso é reforçado em ROMANELLI (1998), quando aponta a dualidade do sistema educacional brasileiro que esteve historicamente a revelia das transformações políticas e econômicas do país.

Em RIBEIRO (1998), é possível perceber as contradições que se processa a reorganização da escola, quando a autora faz um expressivo levantamento da realidade que perpassa a maioria da população brasileira; identificando através das análises de fontes documentais o analfabetismo secundário estrutural, o tipo de ensino profissional, as condições materiais do ensino secundário e superior e o contexto sócio-econômico que está inserido o Brasil no processo de sua reorganização escolar.

E assim segue o processo de aprofundamento da divisão social do trabalho quando se observa uma forte tendência a uma perspectiva de uma formação fragmentaria e dicotômica de apreensão do conhecimento. Se percorrermos a trajetória da história da Educação nesse país é possível visualizar que seus processos de reformulação sempre estiveram voltados a generalizar suas diretrizes em um movimento de determinações que expressam as contradições sociais e que mesmo com todas as tentativas que vislumbraram suas mudanças não logrou alcançar os efetivos resultados para sua universalização.

A partir disso, Trabalho e Educação estão intimamente imbricados numa lógica que iria fomentar os aspectos estruturais para as determinações de uma sociedade que

ansiava por mudanças e integração nacional e que, sobretudo aprofundasse a divisão social do trabalho para os processos de acumulação. Contudo, há que se procurar através da pesquisa: Que caminhos foram trilhados para montar uma estrutura de ensino que viesse adequar às novas exigências da ordem estabelecida. Que pensamentos e matizes estavam em pauta na tentativa de produzir teorias que defendessem essa prerrogativa e enfim a que sujeitos históricos esse processo foi designado e em qual amplitude.

Nos procedimentos metodológicos vamos priorizar a escolha da matriz de pensamento que reivindica a concepção do materialismo histórico que a nosso ver, trabalha diretamente com a realidade concreta e poderá dá conta do método de análise das categorias que estamos abraçando: Trabalho e Educação e Memória, pois,

“não basta seguir um método e aplicar técnicas para completar o entendimento do procedimento geral da ciência. Esse procedimento precisa ainda referir-se a um fundamento epistemológico que sustenta e justifica a própria metodologia aplicada.” SEVERINO (2007, p.100)

Fizemos inicialmente um breve esboço sobre o percurso da Educação no Brasil para simplesmente dá um pontapé inicial utilizando do pensamento de alguns clássicos que tão brilhantemente tem abordado essa temática. Para tanto, esses referidos teóricos abrem um leque de sugestões de bibliografias e fontes documentais que não nos referimos nesse texto, isso nos possibilitará o uso dessas fontes e no momento posterior viabilizar à pesquisa. Será lançado mão dos clássicos para embasar a pesquisa. Faremos entrevista com teóricos que já discutem o tema da Educação, e, sobretudo com os intelectuais que fizeram GTs, escreveram livros e artigos. Poderemos promover alguns debates acerca do tema para aprofundarmos e amadurecemos sobre os pontos polêmicos que surgem no decorrer do trabalho.

O nosso recorte temporal está delimitado pelos meados dos séculos XVI ao final do século XIX. Período que corresponde às três épocas (Colônia, Império e República) que marcaram a trajetória da formação econômica brasileira colocando o Trabalho e a Educação como principais categorias que vão embasar sua trajetória de transformações.



## REFERÊNCIAS

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

LÍVIA, Diana Rocha Magalhães. **A Educação na primeira republica**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – S - D TUlirocha@uesb.brUT.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 15 ed. rev. ampl. Campinas: Autores Associados, 1998 (Coleção memória da educação).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **Historia da Educação no Brasil (1930-1973)**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **História da idéias pedagógicas no Brasil**. 2.ed. rev. ampl. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da Educação)

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação no Brasil**. Anísio Teixeira: apresentação de Ana Waleska P.C. Mendonça. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.